

"AGORA NAO TEM MAIS PRAZO!"

SINAIS DE GUERRA ENTRE OS GAVIAO DE MAE MARIA^(*)

Iara Ferraz

Antropóloga - Consultora

maio de 1987

No sul do Pará, a estação seca já se faz sentir mais cedo do que de costume, época em que o arroz dos pequenos produtores começa a ser colhido. Neste ano, os Gavião-Parkatejê de Mãe Maria intercalam o trabalho nas roças com a realização de um ciclo cerimonial de longa duração e grande importância para o grupo: o Pêmp, ritual de iniciação masculina, que marca a passagem para a vida adulta.

São as ocasiões rituais, com a intensificação dos jogos de flechas e das corridas com toras, que permitem aliviar a apreensão dos Gavião atualmente, diante do retardamento, para todos inexplicado, da retirada dos invasores que ocuparam o sul de seu território, desde 1980.

Os "posseiros", por sua vez, não afastam a possibilidade de os Gavião virem a enfrentá-los num conflito aberto, pois "os índios estão perdendo a paciência" (sic). Para os Gavião, contudo, a perspectiva talvez seja de maior abran

(*) Relatório de viagem à Área Indígena Mãe Maria (e reunião no GETAT - Marabá), realizada entre 6 e 21 de abril de 1987. Companhia Vale do Rio Doce.

gência e significação.

O fim da credibilidade nas negociações

"O governo não quer resolver! Então agora é por nossa conta mesmo!" - afirmação freqüente entre os Gavião hoje em dia, revela a exaustão da credibilidade nos órgãos governamentais responsáveis pelo desintrusamento de seu território, a AI Mãe Maria. Até o presente, os Gavião "aguardaram" uma atuação efetiva dos setores envolvidos diretamente, com o beneplácito da administração local e regional da FUNAI que, por sua vez, limita-se a alertar para "reações imprevisíveis dos índios" (sic).

Os Gavião "aguardaram" também, durante os últimos sete anos, o reconhecimento do "erro do GETAT", por esse mesmo órgão, tido como o principal responsável pela atual situação de tensão, provocada pelo retardamento das medidas efetivas, propostas na reunião havida em Belém, em março de 1986. Os Gavião apontam sempre o descumprimento do prazo de 90 dias estipulado nessa ocasião, quando todas as partes envolvidas estavam presentes e a solução indicada fora a desapropriação de três áreas - Araras, Ubá e Mãe Maria - destinadas ao reassentamento das então 136 famílias de trabalhadores rurais, cadastradas em 1985 (dezembro) como invasoras da Área Indígena Mãe Maria.

- "Agora não tem mais prazo! Acabou! Já esperei muito!", enfatiza Krohokrenhum, o chefe Gavião. "Não tem mais o que falar... 'reunião' pra quê?? Já... tudo falado! Eles é que não fizeram nada... governo... Tão pensando que é

brincadeira? Que é isso, rapaz! A gente fala, a gente faz!"

Veemência e muita indignação marcam freqüentemente o discurso do velho chefe, quando ele se refere ao esgotamento dos prazos e das negociações em torno dessa questão. Até aqui os Gavião parecem ter tratado da invasão que se verificou ao sul do seu território com grande tolerância, acen tuada pela morosidade evidente de todos os órgãos responsáveis, tanto pela própria invasão como pelo desintrusamento. Para eles não há mais o que negociar ou mesmo conversar e é este aspecto que parece dar conta da ausência dos Gavião na reunião realizada no GETAT, em Marabá, a 11 de abril último.

Guerra e identidade

Não é raro os Gavião tornarem explícita a situação atual em que vivem: "É... agora é guerra mesmo! Não tem mais jeito!"

O limite do confronto aproxima-se, para os Gavião, do enfrentamento direto, da guerra enquanto manifestação exacerbada dos princípios de identidade ligados a uma territorialidade, concretamente ameaçada.

O ethos beligerante dos Gavião que, na década de 50, impedia que os regionais sequer se aproximassem da margem direita do rio Tocantins - seu território tradicional - mostra-se, agora, "tolerante", uma vez que a guerra se trava em relação a setores governamentais, "que só prometem, só falam e não cumprem", segundo os Gavião.

Entre os mais velhos do grupo, principalmente, ressurgem a exaltação pública às atividades guerreiras, o in-

centivo ao enfrentamento direto como expressão da identidade sendo reafirmada. O discurso até então "apaziguador" do chefe Gavião, nessas ocasiões, parece retomar agora a perspectiva da tradição da guerra, onde valores como honra, dignidade e competição - caros àquela sociedade - são reafirmados.

A paralisação do tráfego da Estrada de Ferro Carajás, verificada a 24 de março último, durante cerca de 9 horas consecutivas e como "sinal de advertência", segundo o chefe do Posto - também um Gavião - foi uma manifestação concreta de um "estado de guerra", que acaba por se traduzir em possibilidade de pressão efetiva da qual sempre poderão lançar mão em defesa de seus interesses. É dentro de um escopo mais amplo que devem ser entendidos os "avisos" constantes dos Gavião de possibilidade de interdição, tanto da ferrovia, como da rodovia ou da linha de transmissão, outros "invasores" do seu território.

Um processo que, até certo ponto, apresentava como contrapartida a exigência de indenizações em dinheiro pela construção de obras governamentais no interior do seu território, vem sofrendo transformações com o decorrer do tempo, para os Gavião. O rompimento efetivo da integridade territorial vem se tornando cada vez mais concreto, sobretudo diante das invasões verificadas ao sul da área com a passagem da Estrada de Ferro Carajás. E a possibilidade de recuperação dessa integridade se dá agora, para os Gavião, através da "guerra", diante da ineficácia das negociações e do consequente fim da credibilidade nos setores governamentais envolvidos.

Os relatos de guerras mais recentes dos Gavião

contra os kupê ("brancos", "civilizados", "outros") - confrontos que datam do final da década de 60, época do contato definitivo do grupo que se encontrava nas proximidades de Imperatriz (MA) - falam de períodos de "preparação", que antecedem as expedições guerreiras, para o abastecimento da aldeia (mulheres e crianças) com caça e tubérculos. E o exercício da guerra também se intercala com períodos cerimoniais ativos, por excelência. Nessas ocasiões, intensificam-se os jogos de flechas, práticas cotidianas que tratam da ritualização do enfrentamento - e do seu estímulo através da competição.

Pêmp: tradição e futuro

A partir de meados da estação chuvosa, a cada quatro ou cinco anos, os Gavião desenvolvem um ciclo cerimonial de muita importância, o Pêmp, a preparação dos rapazes para a vida adulta. O universo simbólico de realização desse cerimonial prende-se à possibilidade de reprodução social (e, portanto, do futuro) daquela sociedade, onde valores, normas e regras essenciais são preservados e transmitidos aos mais jovens.

Durante um período de cerca de seis meses, os jovens pêmp são mantidos relativamente reclusos, ou seja, separados dos demais componentes do grupo. Através dos chefes cerimoniais de cada metade em que a sociedade Gavião se divide - Pàn (Arara) e Håk (Gavião) - os pêmp são aprendizes silenciosos de princípios norteadores básicos que devem ser aprimorados no decorrer da existência de um indivíduo Gavião.

No entanto, ser pẽmp não é apenas um estado transitório, embora a passagem para a vida adulta seja, através dos rituais, marcante para um jovem. Alguns homens são pẽmp durante a vida inteira, observando sobretudo a correção no comportamento social, o pouco falar e o conhecimento acurado das tradições, das "coisas de antigamente". Esses são homens extraordinários e, por isso, muito respeitados e admirados na quela sociedade.

Atualmente, o aprendizado dos pẽmp parece ter incluído uma estadia prolongada em Marabá (na Casa do Índio, mantida pela FUNAI), onde dez dos quase trinta jovens iniciandos estão cursando a 5ª série em escola pública estadual⁽¹⁾. Enquanto que através da realização do longo ciclo cerimonial do Pẽmp a sociedade Gavião procura, de modo ritualizado, introduzir preceitos básicos à formação dos seus componentes, para muitos jovens iniciandos existe o desejo de conhecer melhor a vida do kupẽ, remetendo a ela outros valores, distintos dos tradicionais e que, a seu ver, complementam um aprendizado no campo das relações com os kupẽ, efetivamente.

Ao mesmo tempo, há entre os mais velhos, hoje em dia, uma grande preocupação quanto ao progressivo desuso do idioma, sobretudo entre os jovens e as crianças, que representam 70% da população Gavião. Muitos se dão conta agora

(1) Na aldeia, duas professoras trabalham, apenas em língua portuguesa, desde a alfabetização até a 4ª série do 1º grau.

que as atividades de ensino formal desenvolvidas através da escola da Funai (no Posto), sempre incentivaram apenas o aprendizado da escrita em língua portuguesa, em detrimento do uso do idioma tradicional. Esta situação vem se mostrando crítica (aos olhos dos mais velhos, principalmente), uma vez que se constitui em séria ameaça à identidade Gavião e ao futuro do grupo. Daí a importância acentuada, neste ano, da realização do ciclo cerimonial do Pêmp, em todas as suas etapas.

Foram estudar em Marabá os pêmp que já tiveram "paga" a sua reclusão⁽²⁾, devendo retornar à aldeia para o apogeu do ritual, quando todos os jovens são emplumados (com penugem de pescoço de arara), no pátio, por seus nominadores, aqueles que lhes transmitiram os nomes pessoais por ocasião do nascimento e que têm, para com eles, inúmeras responsabilidades sociais, já que esses jovens serão, a rigor, seus seguidores.

O pátio: centro de decisões

Assim como para os demais grupos Jê-Timbira, entre os Gavião-Parkatejê a intensidade da vida ritual reafirma a importância do pátio da aldeia como locus privilegiado das decisões. O domínio político entre esses grupos é, no en

(2) A reclusão finda com o "pagamento" com caça grande àqueles que alimentaram o jovem pêmp durante esse período (família do nominador).

tanto, marcado por disputas faccionais, que tendem a se acen-
tuar com o crescimento demográfico e a redução territorial.

Tradicionalmente, a chefia entre os Gavião é re-
partida entre o chefe cerimonial e o que coordena as ativida-
des "externas" à aldeia, que incluem as expedições de caça,
coleta e a guerra.

É no pátio que se agrupam, diariamente, homens e
mulheres, em separado, para reuniões matinais (após as corri-
das com toras) e noturnas. É onde a chefia, acompanhada de
um conselho - formado pelos homens mais velhos entre os pa-
rentes consangüíneos e alguns afins especiais, como os cunha-
dos - decidem acerca de todas as atividades do grupo.

Entre os Gavião de Mãe Maria, a interação crescen-
te com os kupë e a concomitante operação de um sistema mone-
tário vêm introduzindo modificações nas relações de poder.
Através da administração da agência tutelar, por exemplo,
essas relações são ainda mais susceptíveis de manipulação,
como tem demonstrado a prática freqüente de transformar líde-
res de facções em "capitães" (chefias não legítimas, muitas
vezes) e, mais recentemente, em "chefes de Posto", tal como
ocorreu entre os Gavião desde 1985.

Assim, deixam de ser considerados eventuais des-
dobramentos dessa situação. Sobrepõem-se ao faccionalismo
tradicional novos componentes que tendem a tornar ainda mais
complexo o âmbito das relações de poder, contribuindo para o
desenvolvimento de instabilidade política interna.

Antigas rivalidades existentes entre as facções
que compõem a sociedade Gavião chegam a ser motivo de intri-
gas e acusações. É sobretudo através das mulheres que se di-

fundem; ao mesmo tempo em que se encarregam de estimular essas acusações, elas se incumbem da mediação, por excelência, nas relações entre as distintas facções.

Esses mecanismos "filtram" tanto a operação do sistema monetário e o controle financeiro da Comunidade, quanto as relações com a agência tutelar e quaisquer outras instituições, bem como as atividades de subsistência, o desenvolvimento do ciclo cerimonial, as táticas e as estratégias de enfrentamento em relação às invasões no território.

As negociações que se sucederam à paralisação da Estrada de Ferro Carajás a 24 de março último, por iniciativa dos Gavião, incluíam a exigência, por eles apresentada, da presença do Sr. Ministro da Reforma Agrária na aldeia, para uma reunião. Há, para os Gavião, uma compreensão de que deve haver, entre os kupê, alguém que efetivamente decida. Por isso a ênfase na presença daquele titular na aldeia, convite que foi declinado por não ter sido, provavelmente, entendido como modo particular de interlocução de chefes. E se o "ministro" não fosse à aldeia, não haveria reunião, uma vez esgotada a credibilidade em quaisquer outros interlocutores governamentais. Para o chefe Gavião, por outro lado, já não faz sentido deslocar-se de seu território com a finalidade de se reunir com representantes (do governo) que pouco decidem.

A ausência do ministro na aldeia teve como contrapartida a recusa dos Gavião em participar da reunião havida em Marabá, a 11 de abril último, quando os representantes do MIRAD, GETAT, CVRD e FUNAI discutiram as "alternativas" (sic) de resolução da questão com representantes dos "possei

ros", em sua maioria vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia.

A reunião em Marabá: uma questão de tempo

Após uma manhã de espera pelo então presidente do GETAT, a reunião foi iniciada por volta das 12 horas, com a participação de dez representantes dos trabalhadores rurais, invasores da Área Indígena Mãe Maria.

Ao reiterar a preocupação quanto à pressão efetivamente exercida pelos Gavião, voltada para a possibilidade de paralisação do tráfego da Estrada de Ferro carajás (no trecho em que atravessa a Área Indígena), o presidente do GETAT apresentou, como forma de "solução imediata" (sic), uma proposta de reassentamento das 145 famílias (de acordo com o levantamento de janeiro de 1986), no "Loteamento Juru-na", no município de Itupiranga. Para este mesmo local, contudo, como alertou um dos assessores do STR São João do Araguaia, estão sendo transferidas as famílias que permaneceram no interior da Área Indígena Parakanã.

O protesto dos representantes dos trabalhadores rurais ali presentes foi unânime e imediato. Por que os setores governamentais envolvidos estariam se desfazendo agora do compromisso de desapropriar as áreas indicadas em março de 1986 (Araras, Ubá e Mãe Maria)? Ainda anterior a esse, havia o compromisso informal do GETAT de efetuar o reassentamento em áreas próximas - ou seja, no município de São João do Araguaia - dada a rede de relações dos trabalhadores.

Com pertinência, os trabalhadores rurais indaga-

vam o motivo pelo qual a Cia. Vale do Rio Doce não interveio firmemente para fazer retroceder a negociata em relação ao Castanhal Ubá e a empresa ITAMINAS (da qual a CVRD é acionista), se a área havia sido indicada para desapropriação para fins de desintrusamento da Área Indígena Mãe Maria.

Quanto ao Castanhal Araras, objeto de decreto de desapropriação (nº 93.938, de 15/01/87), pois se tratava de "latifúndio por exploração" (como estava classificado o imóvel), a imprensa local (cf. *O Liberal*, 8/4/87) anunciava liminar sustando o processo desapropriatório. Duas possibilidades então se apresentavam: apressar o julgamento da liminar no Supremo Tribunal Federal ou, senão, chegar a um acordo com o proprietário, o que acabou por se verificar a 15 de abril último. É necessário agora que a titulação da área (cadeia dominial) seja apresentada sem irregularidades ao MIRAD, para que haja imissão de posse ao GETAT (ou seu substituto, o INCRA - cf. *O Globo*, 5/5/87), que promoverá o reassentamento, mediante determinadas condições (convênio com CVRD, para repasse dos recursos).

No entanto, há posseiros ocupando o Castanhal Araras, onde uma vistoria efetuada pelo GETAT em dezembro de 1986 registrou a presença de 35 famílias que lá permanecerão. Assim, a área do Castanhal Araras - 6.700 hectares - poderá ser insuficiente para abrigar as 145 famílias que devem ser reassentadas, observando a manutenção do módulo mínimo (50 hectares), para fins de titulação definitiva.

De acordo com o então presidente do GETAT, aguarda ainda as últimas providências a regularização fundiária da gleba Mãe Maria, contígua à Área Indígena. Entre os pos-

seiros cadastrados pelo GETAT, há aqueles (cerca de 20%) que deverão se retirar da área indígena apenas mediante o recebimento da indenização em dinheiro pelas benfeitorias, uma vez que são pequenos comerciantes ou biscateiros nas redondezas, principalmente no povoado de Morada Nova (km 12 da BR-322).

Os recursos tornados disponíveis através do Convênio CVRD-FUNAI com a finalidade de promover o desintrusamento da Área Indígena Mãe Maria têm, concretamente, duas possibilidades de aplicação, que devem ser, o quanto antes, debatidas diretamente com os representantes dos trabalhadores rurais:

1) projeto de reassentamento, com a participação efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, sendo o GETAT (ou seu sucedâneo) apenas o repassador dos recursos (uma vez que não há credibilidade);

2) aquisição imediata de outra área nas proximidades do Castanhal Araras - dada a omissão quanto à desapropriação do Castanhal Ubá - e conseqüente indisponibilidade de recursos para implantação de infra-estrutura na área.

Os posseiros na Área Indígena Mãe Maria, cadastrados em dezembro de 1985 pelo GETAT (vistoria complementada em janeiro do ano seguinte, quando mais 09 famílias de trabalhadores rurais foram incluídas), solicitam agora uma nova vistoria na área ocupada, para fins de indenização das benfeitorias existentes, em virtude de ter transcorrido mais um ano de trabalho naquele local (e, conseqüentemente, uma defasagem em relação ao valor então estipulado).

No entanto, afirmam os Gavião, "por que (os posseiros) plantaram mais, sabendo que iam ter que sair, que eram invasores aqui??" Conforme apontamos, exauriram-se as negociações, os prazos e a tolerância dos Gavião. Por isso eles agora são categóricos em não admitir, sob quaisquer justificativas, a realização de nova vistoria para a indenização dos posseiros, já que, efetivamente, implicaria num retardamento ainda maior da transferência.

Por outro lado, os Gavião insistem no fato de que o Governo deveria, isso sim, indenizar a Comunidade Indígena pelo desmatamento verificado e danos incalculáveis com a ocupação, pelos posseiros, da porção sul do seu território, numa área equivalente a 7.500 hectares, durante sete anos consecutivos. Esse aspecto, todavia, "o governo parece que não vê", dizem os Gavião, indignados.

Na reunião realizada em Marabá, o representante do MIRAD, reiteradamente, chamou a atenção de todos para o fato de que os trabalhadores rurais têm um "prazo lógico" máximo para o seu reassentamento, em função de uma necessidade básica premente: o plantio de suas novas roças no próximo "verão", ou seja, até meados de junho.

Mas os Gavião, como vimos, não parecem dispostos a esperar mais.

maio 1987